



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.570, DE 30 DE MAIO DE 1996

= Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 1997 e dá providências =

MANOEL CARLOS MANEZINHO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI :

CAPITULO I

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Artigo 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes para elaboração, controle e execução do orçamento do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, para o exercício financeiro de 1997.

Artigo 2º - As disposições desta Lei vinculam a despesa para o exercício de 1997, vedada a execução de qualquer projeto ou atividade sem prévia inclusão na respectiva Lei Orçamentária.

Artigo 3º - A elaboração da Lei Orçamentária Municipal para o exercício financeiro de 1997, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e Entidades da Administração Direta ou Indireta, devendo sua execução obedecer às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Artigo 4º - As empresas públicas e sociedades de economia mista, de que o Município detenha parte do Capital Social, somente poderão receber recursos do Tesouro Municipal, por meio de lei específica, autorizando a subscrição de aumento de Capital ou de cobertura de "deficit" operacional, ressalvado o pagamento por serviços efetivamente prestados ao Município.

Artigo 5º - O orçamento de investimento das empresas de que o Município detenha direta ou indiretamente maioria do Capital Social, deverá explicitar :

- I - a denominação da empresa;
- II - o tipo do investimento;
- III - o valor do investimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

IV - o montante dos recursos necessários e sua origem (recursos próprios, recursos do Tesouro Nacional ou Recursos de Operação de Crédito) , previamente aprovados pela Câmara Municipal.

Artigo 6º - A proposta orçamentária será elaborada tomando por base os preços do mês de agosto de 1996, para o cálculo das despesas, enquanto que a estimativa das receitas considerará a arrecadação efetivamente realizada até o mês de julho de 1996 e a tendência até o final do exercício, conforme os efeitos das alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária.

§ 1º - A proposta orçamentária será entregue à Câmara Municipal até o dia 31 de agosto de 1996. No mesmo prazo deverá ser entregue a proposta da Lei do Plano Plurianual de Investimentos.

§ 2º - Na elaboração, no controle e na execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 1997 , deverão ser obedecidas as normas constantes da Constituição Federal, em seus artigos 165 a 169 e parágrafos, da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Orgânica do Município.

§ 3º - A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1997 deverá ser apreciada pelo Poder Legislativo até 15 de Dezembro de 1996 para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1997.

§ 4º - Na apreciação do Projeto de Lei Orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, só poderão ser introduzidas emendas pelo Poder Legislativo que atenderem ao disposto no § 3º do artigo 166 da Constituição Federal.

Artigo 7º - A proposta para o exercício de 1997 e o Plano Plurianual de Investimentos, deverão atender aos objetivos traçados , conforme demonstrativo de prioridades constantes do Anexo desta Lei.

Artigo 8º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de julho de 1996 a sua proposta orçamentária parcial, para ser compatibilizada com os demais órgãos da Administração e com receitas estimadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 9º - Os valores consignados na proposta orçamentária para 1997, serão fixados em reais, a preços do mês de agosto de 1996 sendo atualizados ao mês de Janeiro de 1997, pela variação da UFIR - Unidade Fiscal de Referência, entre 1º de setembro de 1996 e 1º de janeiro de 1997, isolada ou englobadamente.

Artigo 10 - A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1997 poderá conter, autorização para abertura de créditos suplementares, se necessários, até o limite da inflação mensal acumulada, a partir do mês de janeiro de 1997, isolada ou englobadamente.

Artigo 11 - Para consecução das metas e objetivos consignados no Orçamento Municipal para 1997, o Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com outras esferas do Governo, para desenvolvimentos de programas específicos e prioritários nas áreas de educação, lazer, cultura, saúde, esporte, assistência e previdência social, bem como demais áreas de atuação da Administração Pública, com ou sem ônus para o Município, conforme o interesse público assim o exigir.

Artigo 12 - Os recursos destinados às entidades de Assistência Social, de que trata o artigo 168 "in fine" da Lei Orgânica do Município, serão liberados independente de prévia aprovação de planos de aplicação, ficando tais entidades obrigadas à prestação de contas dos recursos recebidos no exercício de 1997, nos termos das normas pertinentes.

Artigo 13 - No exercício financeiro de 1997, a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração, a criação de cargos ou empregos públicos, a alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos da Administração direta ou indireta, inclusive Fundações mantidas pelo Município, só poderão ser feitas os termos de Lei aprovada pela Câmara Municipal e se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às despesas do pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Parágrafo Único - A concessão de aumentos ou reajustes salariais, acima dos índices inflacionários, deverá ser obrigatoriamente precedida de autorização legislativa, indicando-se recursos necessários à sua cobertura.

Artigo 14 - A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1997, será estruturada conforme a Lei de Organização Adminis-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

trativa da Prefeitura Municipal, podendo corresponder mais de uma unidade orçamentária para cada unidade administrativa.

CAPITULO II

DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Artigo 15 - As diretrizes da receita municipal para o exercício financeiro de 1997, considerarão a conjuntura econômica do País, a necessidade da racionalização na utilização dos recursos, a necessidade de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada, incluindo-se a concessão de incentivos fiscais.

Artigo 16 - As Leis Municipais que vierem a interferir na receita municipal própria do exercício financeiro de 1997, deverão ser elaboradas pelo Poder Executivo Municipal até 30 de setembro de 1996 e, deverão ser apreciadas pelo Poder Legislativo Municipal até 15 de dezembro de 1996, para que possam ser publicadas com tempo hábil de vigorar no exercício seguinte.

Parágrafo Único - As Leis Municipais assim elaboradas poderão dispor sobre as seguintes matérias :

I - Atualização da planta genérica de valores venais dos imóveis / urbanizados e rurais, para fins de lançamento e cobrança dos impostos predial, territorial urbano e sobre transmissão de bens imóveis;

II - Revisão das alíquotas dos impostos predial e territorial urbano, sobre serviços e sobre transmissão de bens imóveis;

III - Fatores de correção para os tributos mobiliários e imobiliários, taxas e contribuição de melhoria, bem como descontos para pagamento à vista;

IV - Revogação de isenções de tributos municipais, que contrariem o interesse público e a Justiça Fiscal;

V - Revisão das taxas cobradas pela prestação de serviços públicos no Município;

VI - Instituição da cobrança da Contribuição de Melhoria, sobre os imóveis beneficiados por obras públicas;

VII - Concessão de benefícios e incentivos fiscais para as empresas / que desejarem instalar-se no Distrito Industrial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

VIII - Concessão de incentivos fiscais às empresas que beneficiarem o desporto amador ou contribuírem para o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte.

Artigo 17 - O Projeto de Lei Orçamentária do exercício de 1997, poderá contemplar, na sua receita, operações de crédito interno ou externo, para abertura de projetos e atividades específicas a serem financiadas com tais recursos.

Parágrafo Único - Fica expressamente vedada a anulação total ou parcial de projetos e atividades, incluídos no orçamento de / 1997 com vínculo a operações de crédito, como fontes de recursos para suplementação de outras dotações.

Artigo 18 - As operações de crédito por antecipação da receita, contratadas pelo Município, deverão ser obrigatória e totalmente liquidadas até 31 de dezembro de 1997.

CAPITULO III

DAS DIRETRIZES DAS DESPESAS

Artigo 19 - Na execução da despesa, no exercício de 1997, a Administração Municipal dará prioridade :

I - Aos serviços de assistência à saúde; de assistência à educação escolar de primeiro grau e pré-escola; de assistência à criança de 0 a 6 anos; na distribuição da merenda escolar; nos serviços de transporte de alunos; aos serviços de assistência aos desempregados; nos serviços de utilidade pública da zona urbana, tais como : limpeza pública, coleta de lixo domiciliar, iluminação pública e conservação de vias públicas; na conservação de áreas verdes, praças, parques e jardins; na limpeza e conservação de margens de ribeirões que cortam o perímetro urbano; nos serviços de desassoreamento dos cursos d'água; na recuperação e conservação dos Próprios Municipais; nos serviços de conservação das estradas municipais; na manutenção e conservação dos Distritos.

II - Aos investimentos de construção de unidades de assistência médica e sanitária à população urbana e rural; na construção e equipamentos das escolas, pré-escolas e creches municipais; nas obras de infra-estrutura viária, incluindo pavimentação asfáltica e recapeamento de vias públicas urbanas; nas o-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

bras de canalização e retificação de cursos d'água que cortam a cidade; nos programas de prevenção de enchentes e erosão; nos programas de construção de moradias populares; na ampliação da rede de iluminação pública e de distribuição de energia elétrica urbana e rural; nos projetos desportivos amadores e, construção, reforma e ampliação de praças de esportes.

Artigo 20 - Na realização dos programas elencados no artigo anterior, deverá ser dada prioridade aos programas já em andamento para posteriormente serem iniciados novos projetos.

Artigo 21 - As despesas com a manutenção ou construção, reconstrução, reforma e ampliação de creches, deverão obedecer à classificação das despesas, conforme a origem dos recursos, nas funções de Educação e Cultura e Assistência e Previdência Social.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22 - O Poder Executivo Municipal poderá organizar consultas populares ou a entidades representativas de classe, a fim de angariar subsídios, para elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 1997 e do Plano Plurianual de Investimentos.

Artigo 23 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, aos 30 de Maio de 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL
SANTA CRUZ DO RIO PARDO - S. P.

Registrado nesta Secretaria sob nº

020, fls. 10, Livro nº 02

Publicado no Jornal *União Regional*

Edição nº 55 do dia 07/06/96

MANOEL CARLOS MANEZINHO PEREIRA

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

A N E X O

PRIORIDADES PARA 1997

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- 01 - Construção de novo prédio para a Câmara Municipal conforme projeto já existente;
- 02 - Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos para a Câmara Municipal;
- 03 - Participação em aumento de Capital Social da CODESAN;
- 04 - Desapropriação de área para a construção de casas populares;
- 05 - Urbanização de área para a construção de casas populares;
- 06 - Construção de casas populares;
- 07 - Desapropriação de área para a construção de casas destinadas à população de classe média;
- 08 - Urbanização de área para a implantação de loteamento destinada a construção de casas pela população de classe média;
- 09 - Urbanização de área destinada à implantação do Distrito Industrial;
- 10 - Implantação das obras de infra-estruturas urbanas na Chácara Peixe;
- 11 - Desapropriação de áreas para abertura de vias públicas, construção de praças e jardins;
- 12 - Construção, reforma e ampliação de prédios destinados às Escolas de 1º Grau e Pré-Escola;
- 13 - Construção, reforma e ampliação de prédios destinados ao funcionamento de Creches;
- 14 - Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos para prédios escolares da rede de 1º Grau, Pré-Escola, Creches e Núcleos Infante-Juvenís;
- 15 - Construção, reforma e aquisição de equipamentos para os Parques Infantis;
- 16 - Construção de prédio escolar, para Escola de 2º Grau e Ensino Profissionalizante;
- 17 - Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos para a Escola de 2º Grau e Ensino Profissionalizante;
- 18 - Reformas e adaptações em prédios escolares de zona rural;
- 19 - Construção de quadras esportivas nas escolas municipais;
- 20 - Aquisição de veículos para o setor de ensino;
- 21 - Aquisição de equipamentos para merenda escolar;
- 22 - Adaptação de prédio para a instalação de Museu Municipal;
- 23 - Construção de uma Concha Acústica;
- 24 - Construção de um Ginásio de Esportes;
- 25 - Construção de um campo de futebol oficial;
- 26 - Ampliação e reforma do Centro Esportivo "Boanerges de Brito";



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

- 27 - Ampliação, reforma e iluminação do Estádio Municipal "Leônidas Camarinha";
- 28 - Construção de um Centro Poli Esportivo;
- 29 - Criação e instalação de Faculdade de Agronomia;
- 30 - Construção de Casa do Menor Carente;
- 31 - Construção de casas populares para desfavelados;
- 32 - Aquisição de veículos, equipamentos e implementos agrícolas;
- 33 - Construção de galpões para reprodutores de suinocultura;
- 34 - Construções de galpões para sericultura;
- 35 - Construções de galpões para reprodutores de cunicultura;
- 36 - Término das obras de construção de armazém comunitário;
- 37 - Implantação de hortas comunitárias, para atendimento da população de baixa renda;
- 38 - Reforma e adaptação do prédio do Centro Administrativo "Plácido Lorenzetti";
- 39 - Melhorias e ampliação do sistema de retransmissão de sinais de TV;
- 40 - Ampliação da rede de eletrificação rural;
- 41 - Extensão e melhoramentos da rede de iluminação pública e de distribuição de energia elétrica na zona urbana;
- 42 - Reforma, reparos e adaptações em praças, parques e jardins;
- 43 - Reforma da Estação Rodoviária Municipal;
- 44 - Construção de galerias de águas pluviais, guias e sarjetas e obras de pavimentação asfáltica e recapeamento de vias urbanas;
- 45 - Construção de pontes na zona urbana, sobre o Ribeirão São Domingos;
- 46 - Construção de pontes, mata-burros e passagens de gado, nas estradas vicinais municipais e estradas rurais;
- 47 - Melhoramento e construção de estradas rurais municipais;
- 48 - Construção de sanitários públicos no Cemitério Municipal;
- 49 - Construção de sanitários públicos no recinto da EXPOPARDO;
- 50 - Construção de sanitários públicos no recinto da ERISOJA;
- 51 - Implantação de uma mini usina de beneficiamento de leite, para atendimento de pequenos produtores rurais;
- 52 - Execução de obras de quebra barrancos nas estradas municipais;
- 53 - Implantação de um viveiro de mudas municipal;
- 54 - Implantação de posto de monta e aquisição de reprodutores;
- 55 - Construção de um Mini-Mercado Municipal no Bairro da Estação;
- 56 - Implantação de obra de urbanização de favelas;
- 57 - Construção de um velório municipal anexo ao cemitério da sede;
- 58 - Construção de um prédio para a instalação de um Instituto Médico Legal em convênio com o Governo Estadual;
- 59 - Construção de prédio destinado à instalação de um Instituto de Criminalística em convênio com o Governo Estadual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

- 60 - Implantação de obras de iluminação pública de vias de acesso à cidade;
- 61 - Construção de sanitários públicos na Praça São Sebastião;
- 62 - Implantação de nova iluminação pública na Praça São Sebastião;
- 63 - Construção de uma passarela de pedestres junto a Ponte sobre o Rio Pardo , ligando ao Bairro da Estação, pela Avenida Jorge Tibiriçá;
- 64 - Construção de um prédio próprio para a instalação do Corpo de Bombeiros;
- 65 - Construção de uma casa para a residência do Instrutor do Tiro de Guerra Local, anexa ao prédio do T.G. ;
- 66 - Reforma e ampliação das instalações da ERISOJA;
- 67 - Aquisição de veículos e utilitários para uso de Administração em geral;
- 68 - Aquisição de imóveis para a instalação de unidades administrativas;
- 69 - Implantação do sistema de informatização integrada das unidades administrativas em geral;
- 70 - Construção de um Centro Comunitário no Distrito de Caporanga;
- 71 - Construção de um prédio destinado a Unidade Básica de Saúde (U.B.S;) no Bairro da Estação;
- 72 - Construção de um prédio para U.B.S. no Distrito de Sodrélia;
- 73 - Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos para os prédios das Unidades Básicas de Saúde (U.B.S.);
- 74 - Pavimentação de vias públicas do Conjunto Habitacional Nagib Queiróz, Luiz Brondi e Parque das Nações;
- 75 - Concessão de direito de exploração de "zona azul" a favor da Polícia Mirim local;
- 76 - Demarcação de quadras e lotes na Chácara Peixe;
- 77 - Abertura de ruas e implantação de melhoramentos na Chácara Peixe;
- 78 - Reforma e melhoramentos de campos e quadras esportivas municipais;
- 79 - Construção de um prédio destinado à instalação de um Centro de Atletismo Educação Física, na área central da cidade;
- 80 - Obras de infra-estrutura e melhoramentos no recinto da EXPOPARDO;
- 81 - Aquisição de um aparelho de ultrasonografia para ser instalado no Centro de Saúde "Dr. José Carqueijo";
- 82 - Construção de sanitários públicos na Praça Domingos Gabriel;
- 83 - Convênio para implantação de serviço de endoscopia para atendimento no Centro de Saúde Dr. José Carqueijo ou em clínica conveniada com o Município;
- 84 - Rede de galerias de águas pluviais e pavimentação asfáltica nos bairros de Vila Maristela e Vila Divinéia;
- 85 - Rede de galerias de águas pluviais nos Conjuntos Habitacionais Luiz Brondi e Nagib Queiróz;
- 86 - Pavimentação asfáltica no prolongamento da Avenida Cel. Clementino Gonçalves até a Rodovia SP. 225;

Pça. Dep. Leônidas Camarinha, 340 - Fone (0143) 72-1333 - Fax (0143) 72-2315 - CEP 18.900-000 - Santa Cruz do Rio Pardo - SP

“A JÓIA DA SOROCABANA”



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

- 87 - Reperfilagem asfáltica em 80.000 metros quadrados de vias públicas;
- 88 - Recursos financeiros que permitam atender o disposto na Lei nº 1.375/92 , artigo 37, parágrafo único;
- 89 - Recursos financeiros que permitam o pagamento das parcelas relativas a amortização do principal e serviços da dívida de crédito externo.
- 90 - Recursos financeiros que permitam a realização (em parceria com a Rádio Difusora Santa Cruz) do Festival "Viola bondosa".
- 91 - Recursos Financeiros que permitam a celebração de contrato com a Rádio local para a transmissão das sessões da Câmara Municipal;
- 92 - Recursos Financeiros para o bom funcionamento do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, de acordo com a Lei Federal;
- 93 - Recursos financeiros para a viabilização da construção de um horto florestal;
- 94 - Recursos Financeiros para a viabilização do projeto de renda mínima para as famílias empobrecidas que são compostas de crianças em idade escolar;
- 95 - Recursos Financeiros para a viabilização do reflorestamento das margens do rio Pardo;
- 96 - Recursos Financeiros para a construção de um sanitário público defronte o Santuário de Nossa Senhora d. Fátima;
- 97 - Restauração do prédio da antiga Estação;
- 98 - Recursos Financeiros para reajuste dos servidores públicos de acordo com a inflação de cada mês para evitar as perdas salariais;
- 99 - Recursos Financeiros para implantação de projeto de apoio as pequenas empresas e pequenos comércios;
- 100- Construção do Centro de Convivência da Juventude.

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, 30 de Maio de 1996

MANOEL CARLOS MANEZINHO PEREIRA

Prefeito Municipal